



Sérgio Gomes da Silva e Sara Pereira (Coord.)
Atas do 2.º Congresso "Literacia, Media e Cidadania"
2014, Lisboa, Gabinete para os Meios de Comunicação Social
ISBN: 978-989-96478-3-1

Construindo sentidos com base nas notícias: um estudo de caso com adolescentes num bairro brasileiro de baixo rendimento

Lídia Marôpo

*CIMJ/FCSH-UNL/UAL*ⁱ

Luana Gomes

*UFC*ⁱⁱ

Resumo: Como os adolescentes recebem e interpretam as notícias sobre o mundo e sobre eles próprios? Com base em dois grupos de foco com adolescentes de um bairro brasileiro de baixos rendimentos, este estudo aponta para o papel central que os media desempenham nos tempos livres destes adolescentes, em consonância com a ideia de que atualmente ouvem mais histórias e factos através de diferentes media do que através dos pais, escolas ou comunidade. Os dados coletados revelam que, apesar dos conteúdos noticiosos não despertarem muito interesse, os participantes são audiência frequente de telejornais em momentos de reunião familiar (especialmente dos chamados programas policiais, noticiários especialmente focados na cobertura do crime e da violência) e possuem conhecimentos sobre os processos de produção jornalística. Sentem-se estigmatizados pelo discurso noticioso que, na sua percepção, trata de maneira diferenciada "ricos" e "pobres" e privilegia fortemente os aspectos negativos na cobertura sobre o bairro onde vivem. Nesta perspectiva, reconhecem especialmente o direito à privacidade dos adolescentes nas notícias e refletem sobre as consequências da identificação em situações que possam causar constrangimentos ou problemas para o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: adolescentes, crianças e notícias; estudos de audiência; direitos da criança; cidadania.

Introdução

Com base em dois grupos de foco realizados com um total de 12 participantes (12 a 16 anos) residentes na periferia de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, este trabalho discute três pontos centrais para uma análise dos adolescentesⁱⁱⁱ enquanto audiência do discurso noticioso: 1. Exposição aos *media*; 2. O seu interesse, conhecimento, reações e emoções relativamente ao discurso noticioso; 3. A sua percepção sobre a representação noticiosa das crianças e adolescentes e dos seus direitos.

Pensamos os adolescentes como capazes de elaborar, interpretar e reconstruir as lógicas sociais e as suas experiências, incluindo a sua relação com os *media*. Neste sentido, temos como objeto central de análise os seus pontos de vista. Embora vulneráveis e com necessidade de proteção e cuidados especiais, reconhecemos a sua capacidade para contribuir de forma valorosa para este debate. Os *media*, por outro lado, são vistos como poderosos divulgadores de mapas de significado (Hall *et al*, 1978), trabalhando simbolicamente para classificar o mundo e as nossas relações dentro dele, construindo lugares a partir de onde os indivíduos podem se posicionar e falar.

O público infanto-juvenil e as notícias

Embora as crianças e adolescentes não sejam um público frequentemente destacado nos estudos de recepção das notícias, encontramos uma considerável produção científica que lança luz a diversas problemáticas pertinentes. As possíveis consequências traumáticas do discurso noticioso; os padrões de consumo, incluindo o interesse (ou desinteresse) e reacções às notícias; a aquisição de conhecimento por meio do acesso a conteúdos jornalísticos e os desafios para uma literacia dos *media* noticiosos são questões debatidas em investigações de inúmeros países.

A investigadora portuguesa Cristina Ponte (2012) afirma que a relação das crianças com as notícias chega à agenda pública quando acontecimentos de extraordinário dramatismo ou matérias envolvendo crianças como vítimas são cobertos pelos *media* ao ritmo de folhetins. Inúmeros estudos que analisam os efeitos traumáticos que, especialmente os telejornais, podem causar (Hoffner e Haefner, 1994) ganham visibilidade e fomentam preocupações para a protecção da infância.

Com base num estudo etnográfico com crianças de 7 anos de uma escola pública no Rio de Janeiro, Delorme (2012) conclui que notícias sobre acontecimentos violentos nas comunidades onde vivem, sobre factos imprevisíveis ou incontroláveis (como catástrofes naturais) ou sobre a violência no trânsito alimentam sentimentos de medo e contribuem para uma rejeição aos conteúdos noticiosos. Para Marôpo (no prelo)^{iv}, os telejornais reforçam sentimentos de tristeza e temor entre crianças que vêem frequentemente notícias sobre episódios violentos ocorridos no bairro social onde habitam, situado nos arredores de Lisboa.

Tanto no estudo de Delorme como de Marôpo, a classe social, a proximidade das crianças estudadas com a violência e a predominância de uma representação noticiosa negativa da comunidade onde vivem parecem ser marcantes para os sentimentos de angústia que expressam em relação às notícias.

Acontecimentos dramáticos são apontados como os mais recordados pelo público infantil quando lhes é perguntado acerca da cobertura jornalística sobre crianças. A partir de inquéritos aplicados em escolas públicas que atendiam a vários estratos sociais em Lisboa e Castelo Branco, Malho *et al* (2009) afirmam que matérias sobre o risco social que afecta crianças (abandonadas, maltratadas e assassinadas) estão entre as mais referidas pelos inqueridos entre 9 e 10 anos. Acontecimentos trágicos como o tsunami de 2004 e o atentado terrorista de 11 de Setembro são destacados por crianças institucionalizadas pelo sistema de protecção português, que recordam especialmente de representações noticiosas de crianças quando estas são vítimas de maus-tratos (Carvalho *et al*, 2009: 186).

A análise dos padrões de consumo e de interesse é outro tema de destaque das investigações sobre o tema. No seu estudo seminal, “The Making of Citizens: Young People, Television News and the Limits of Politics”, Buckingham (2000) afirma que os jovens assistem às notícias como uma forma de ocuparem os tempos livres ou como resultado da insistência dos pais, consideram-nas repetitivas e desinteressantes, não demonstrando especial gosto por esta atividade. Esta aparente indiferença contrasta com o comportamento disseminado especialmente entre os mais velhos que parecem assistir e ler notícias como um sinal de maturidade e prova da vontade de saber e se manter informado.

No mesmo sentido, a investigadora brasileira Josy Fischberg (2007) afirma que, embora não vejam com bons olhos os jornais (por causa do formato e também do conteúdo), as crianças reconhecem a sua importância tanto pela necessidade de informação como pela possibilidade de aprendizado a partir dos periódicos. As revistas são bastante valorizadas e consideradas atraentes pelo formato da publicação e por serem dirigidas a públicos segmentados, ou seja, num único meio podem encontrar informações específicas sobre aquilo que gostam. Por outro lado, as crianças têm grande interesse por temas considerados do mundo adulto como “desporto”, “focofocas”, “moda”, “comportamento”, “música”, entre outros, que muitas vezes não estão disponíveis nas publicações destinadas a elas. Televisão e internet são dos meios mais presentes no quotidiano das crianças entrevistadas e o seu interesse também privilegia textos noticiosos cujos personagens principais são outras pessoas da sua idade e quando outras crianças desempenham o papel de repórteres.

Marôpo (no prelo) conclui que o desinteresse pelas notícias que atestou inicialmente no estudo sobre crianças e adolescentes de um bairro social referido acima, é apenas aparente. A hipótese de não terem acesso à informação por meio da televisão, rádio, jornal ou internet, por exemplo, provocou reações unânimes de forte desagrado. Apesar de temas que são frequentemente noticiados serem percebidos como repetitivos e enfadonhos (nomeadamente mortes, guerras e crises), por outro lado, a curiosidade das crianças e adolescentes sobre o mundo recai justamente sobre os países e temas destacados repetidamente nas notícias.

Também demonstram familiaridade com o discurso noticioso e com o processo de produção das notícias, reconhecendo as rotinas e constrangimentos que marcam o jornalismo. A autora afirma ainda que em diversos momentos especialmente os mais velhos gostavam de demonstrar que estavam melhor informados e tentavam utilizar o seu conhecimento sobre as notícias como uma prova de maturidade e de superioridade intelectual, à semelhança do que afirmou Buckingham (2000). Marôpo identifica também o que chama de interesse seletivo pelas notícias: temas de ciência que envolvem novas descobertas e conquista do espaço, o desporto (no caso dos rapazes) e as celebridades (no caso das raparigas) são os que mais despertam a curiosidade.

Num estudo sobre jovens que cumpriam medidas em centros educativos, Carvalho e Serrão (2009: 199) atestam um “elevado interesse pelas notícias, tanto de jornais como de televisão” com o objectivo de se manterem informados, aumentarem os seus conhecimentos e ocuparem o tempo livre. Também como uma forma de ligação ao exterior, tanto à sociedade em geral como ao seu lugar de origem específico.

A par do debate sobre o interesse ou desinteresse das crianças e adolescentes pelas notícias, parece haver um maior consenso de que diariamente estes estão expostos a conteúdos noticiosos, especialmente pela televisão. Seja porque costumam estar próximos da TV quando o noticiário é transmitido, seja porque ver telejornais é uma maneira de estar perto dos pais ou porque gostam de parecer pessoas bem informadas e com capacidade para comentar as notícias (Atkin e Gantz, 1978; Delorme, 2012; Buckingham, 2000; Ponte, 2009; Marôpo, no prelo), o facto é que os estudos que citamos acima atestam uma exposição significativa e regular das crianças e adolescentes aos media e às notícias, o que remete para a ideia de infância mediada, fenómeno identificado por Livingstone (1998).

Por outro lado, as conclusões sobre o nível de interesse, as reacções e as construções de sentido que as notícias despertam variam conforme as metodologias de investigação utilizadas e conforme diversas variáveis dos grupos estudados (nível socioeconómico, idade, género, comunidade onde habitam etc). Estas questões têm sido pouco exploradas e, neste sentido, Lemish (2007) chama atenção para a necessidade de mais investigações que discutam o modo complexo que os media noticiosos influenciam a cultura cívica, o senso de cidadania, de responsabilidade social e empatia pelo sofrimento dos outros entre crianças e adolescentes.

Para discutir estes temas, chamamos atenção para a distinção que Buckingham (2000) faz entre dois tipos de atitudes comuns dos jovens diante das notícias: o cinismo e o criticismo. O cinismo denota um distanciamento e indiferença diante dos acontecimentos e da sua representação noticiosa. Já o criticismo implica envolvimento emocional e a crença de que a verdade sobre os factos pode e deve ser contada.

Com base num estudo sobre um pequeno grupo de adolescentes (14 a 16 anos) da periferia de Londres, de diferentes etnias e com amplo acesso a diversos tipos de media (incluindo transnacionais), sobre a cobertura da guerra no Iraque, Al-Ghabban (2007) afirma que é preciso perceber as complexidades envolvidas no processo de percepção das

audiências sobre as notícias, tendo em conta o ambiente social, emocional e político onde estão inseridas. Neste sentido, o autor ressalta que crítica e resistência não são sinónimos, nem divertimento e aceitação. Assim, notícias didáticas e unilaterais podem tanto estimular o cinismo, mas também a crítica, o debate político e a intervenção, em manifestações ou por meio de petições.

Por outro lado, Al-Ghabban (2007) conclui que quanto mais acesso às notícias, mesmo através de media tendenciosos ou filiados a interesses específicos, mais chances os jovens têm de pensar e debater sobre as representações do mundo e sobre o processo por trás dessas representações. Neste sentido, Atkin and Gantz já afirmavam em 1978 que a exposição das crianças ao noticiário televisivo contribui para o seu conhecimento político, interesse e para a busca por mais informações sobre os temas noticiados.

Investigações mais recentes, no entanto, afirmam que para se promover um debate reflexivo sobre os conteúdos e sobre a formatação das notícias entre o público jovem não basta somente estimular o consumo de conteúdos noticiosos. É preciso também promover produtos mediáticos especialmente formatados para este público (Hernández, 2008 e Carrero, 2008) e programas de literacia noticiosa devidamente fundamentados (Sundin *et al*, 2012 e Hobbs, 2010).

Metodologia e amostragem: breves considerações

Os dados aqui analisados foram gerados em dois grupos de foco, metodologia muito utilizada em estudos de recepção e que permite perceber como os participantes compreendem o tema em questão a partir da conversação e interação entre eles (Hansen *et al*, 1998).

Divididos em três momentos, os debates duraram aproximadamente uma hora e meia, cada, e foram realizados no mesmo dia (em agosto de 2012) na sede do Projecto Alegria da Criança. No primeiro momento, a conversa girou em torno dos tempos livres dos adolescentes e de como os media estão presentes nas suas vidas; além dos seus gostos e preferências em relação a conteúdos mediáticos. Num segundo momento, discutiu-se especificamente sobre as notícias, sua percepção sobre o que são e como são produzidas, além do interesse, reações e emoções que despertam. Por último, o foco da discussão foi dirigido para a compreensão sobre a representação noticiosa das crianças, dos adolescentes e dos seus direitos, com recurso a exibição de notícias *online* e de televisão.

Todos os participantes são atendidos pelo Projecto Alegria da Criança, financiado pelo ChildFund Brasil, onde participam de actividades culturais, de cursos profissionalizantes e recebem apoio ao estudo. Os pais e os adolescentes assinaram um termo de consentimento informado para participar na investigação. Os nomes citados neste artigo são fictícios.

Os adolescentes participantes estudam em escolas públicas, fazem parte de famílias de baixa renda e têm poucas possibilidades de vivenciar experiências além das fronteiras da comunidade onde vivem, devido à falta de tempo e/ou recursos financeiros dos pais. Além disso, mesmo dentro da comunidade, os adolescentes se queixam de falta de liberdade porque

os pais restringem as suas saídas com temor de que possam ser vítimas da violência no bairro. Nos seus depoimentos demonstram uma clara percepção sobre como esta violência condiciona o seu dia-a-dia e limita as suas possibilidades de lazer.

Antes da realização dos grupos de foco, os adolescentes responderam a um pequeno questionário que nos permitiu caracterizar o grupo estudado com dados de identificação como sexo, idade e escolaridade, além de saber também a ocupação dos seus pais. Estes exercem profissões pouco qualificadas, sendo que três mães não trabalham (são donas-de-casa), três pais foram referenciados como ausentes e um como “desempregado”. A maioria faz parte de famílias com três ou mais irmãos e como actividade extra-escola apontou frequentar curso de informática no Projecto Alegria da Criança.

Caracterização dos adolescentes participantes no estudo

Género	Idade	Escolaridade	Profissão dos pais
Feminino	14 anos	9º ano	Mãe: “doméstica” Pai: “caixa”
Feminino	15 anos	9º ano	Mãe: “doméstica, cuida de idoso” Pai: “trabalha na fábrica de papel”
Masculino	13 anos	8º ano	Mãe: “dona-de-casa” Pai: “cambista”
Feminino	13 anos	8º ano	Mãe: “doméstica” Pai: “mecânico”
Masculino	14 anos	8º ano	Mãe: “manicure” Pai: “auxiliar de cozinha”
Masculino	14 anos	8º ano	Mãe: “secretária” Pai: “não moro com meu pai”
Feminino	15 anos	1º ano (ensino médio = 10º ano)	Mãe: “doméstica” Pai: “não tenho pai”
Feminino	12 anos	7º ano	Mãe: “dona-de-casa” Pai: “chaveiro”
Masculino	13 anos	6º ano	Mãe: “costureira” Pai: “?”
Feminino	16 anos	1º ano (ensino médio = 10º ano)	Mãe: “dona-de-casa” Pai: “desempregado”
Masculino	14 anos	9º ano	Mãe: “cozinheira” Pai: “cobrador”
Feminino	16 anos	2º ano (ensino médio = 10º ano)	Mãe: “doméstica” Pai: “porteiro”

Exposição aos media

A análise dos dois grupos de foco realizados aponta para o papel central que os *media* desempenham nos tempos livres dos adolescentes do estudo em consonância com a ideia de que atualmente ouvem mais histórias e factos através de diferentes *media* do que através dos pais, escolas ou comunidade (Gerbner, 1994).

A televisão aparece como fortemente predominante no consumo de media. A maioria dos adolescentes afirma assistir diariamente, após fazer os trabalhos escolares e ajudar nas tarefas domésticas, identificando a TV como uma opção de lazer acessível e da qual gostam especialmente. As exceções são dois adolescentes que demonstraram gostar prioritariamente de rádio (*"Passa música, notícia. É mais companheiro do que a TV"*, rapaz, 13 anos) (*"Eu gosto de ouvir muita música porque eu sou evangélica e gosto de ouvir muita música gospel. E Tem notícias também, e pregação"*, rapariga, 14 anos). A leitura foi referida também como uma opção de lazer por quatro dos adolescentes (*"Eu corto assim as revistas e coloco dentro do meu quarto para ficar enfeitando"*, rapariga, 12 anos), embora lembrem de nomes de várias revistas e dos principais jornais do Estado do Ceará (O Povo e Diário do Nordeste), apenas dois afirmaram ter em casa regularmente veículos impressos: *"Eu vejo o jornal, jornal de papel, O Povo. Assinou lá em casa e vejo todo dia"* (rapariga, 16 anos) e *"Eu tenho a Caras. Eu gosto muito da Caras! (risos)"* (rapariga, 14 anos).

O consumo de media (especialmente de televisão) ocupa significativamente o tempo livre dos adolescentes porque, embora brincar na rua e estar com os amigos sejam actividades referidas pela grande maioria como uma primeira opção de lazer, são frequentemente impedidos de sair pelos pais por temor da violência. Esta também é apontada pelos próprios adolescentes como um problema que os afecta directamente. Além da violência, foram citados o consumo e tráfico de drogas e a gravidez precoce, em diversos relatos de situações vividas de maneira bastante próxima (*"...Lá perto da minha casa tem também. Ela tem 13 anos e está grávida!"*, rapariga, 16 anos). Estes depoimentos descrevem a comunidade como um espaço de muitos riscos o que levaria a passarem grande parte do tempo livre em casa, onde a maioria dispõe de dois a quatro aparelhos de TV.

Por outro lado, dos doze participantes dos grupos de foco, apenas quatro afirmam ter computador em casa, sendo que destes somente dois dizem aceder à internet no ambiente familiar. No entanto, quase todos acedem no Projecto e/ou em *lan houses*, com excepção de dois adolescentes que afirmam não gostar e não aceder com regularidade à internet. Apesar desta dificuldade de acesso, quando perguntados o que faria mais falta se ficassem sem televisão, internet, rádio, jornal ou revista, as respostas apontaram para a internet e a televisão, que ficaram empatadas em primeiro lugar; além destes, somente a rádio teve duas referências. *"A internet tem tudo, né?"*, resume um rapaz (13 anos).

Quanto ao conteúdos mediáticos que consomem, entre os preferidos estão as novelas, séries para adolescentes, desenhos animados e programas de variedades como *"Quem fica em pé?"* (TV Bandeirantes). Jogos no computador e vídeogames também foram referidos pelos

rapazes. As músicas foram citadas como conteúdos de preferência pelos que afirmam ser a rádio o media de que mais gostam e por outros que gostam de ouvir via *youtube*. As redes sociais, especialmente o *facebook*, também estão no topo das preferências. As notícias parecem não despertar um interesse especial, mas os depoimentos indicam um reconhecimento destes conteúdos como importantes, especialmente entre os mais velhos.

Interesse, conhecimento, reações e emoções relativamente ao discurso noticioso

Joana (16 anos) afirma que a televisão é o seu media preferido porque gosta de assistir novelas e também por causa das notícias “que a gente precisa saber”, citando o Jornal Nacional (transmitido pela TV Globo), também visto regularmente por Luís (14 anos), como um dos seus programas preferidos. Michele (16 anos) afirma que prefere a internet porque “tem mais notícias, muitas notícias sobre o mundo todo”.

Alguns depoimentos como estes demonstram uma percepção dos conteúdos noticiosos como necessários e válidos, embora em grande parte o acesso às notícias seja referido a partir de iniciativas dos pais que assistem a telejornais (mais especificamente os chamados programas policiais) nas horas das refeições e em momentos de reunião familiar. Grande parte dos depoimentos aponta uma compreensão do noticiário televisivo como sinónimo destes programas policiais, focados na cobertura local do crime e da violência. São também estes, em detrimento de outros formatos noticiosos televisivos, que mais despertam comentários e reações dos adolescentes. Estas vão desde admitir que gostam condicionalmente dos referidos programas policiais (“*Só não gosto na hora do almoço. Antes ou depois pode*”, rapariga, 16 anos) ao que podemos chamar de fadiga da violência (“*Passa muita coisa feia na hora do almoço, morte, eu não gosto de ver isso não*”, rapariga, 12 anos); (“*Só passa sangue, morte, na hora que você tá comendo!*”, rapaz, 14 anos).

Já os telejornais em formato tradicional provocam reações de distanciamento. Sobre estes formatos noticiosos parecem não ter muita coisa para discutir, têm pouca memória e não demonstram a mesma empatia para com o sofrimento das vítimas de violência ou de catástrofe representadas. Atitudes que se aproximam mais de um cinismo, caracterizado pelo distanciamento e indiferença (Buckingham, 2000). Após alguma insistência, lembraram de notícias sobre três prédios que caíram no Rio de Janeiro; sobre os desabamentos em morros desta cidade, quando “muita gente morreu soterrada” (Eliana, 13 anos) e de terremotos “no Japão ou na China” (Bruna, 15 anos) e da queda das torres gémeas em Nova Iorque.

Nesta perspectiva, uma reflexão mais aprofundada sobre o processo de produção da notícia parece só ser possível entre os participantes quando está em causa a cobertura da comunidade onde vivem. Nestas circunstâncias adotaram posturas mais próximas do que Buckingham (2000) chamou de *criticismo*, que implica envolvimento emocional e a crença de que a verdade sobre os factos pode e deve ser contada. Percebem, por exemplo, as diferenças no agendamento e enquadramento da morte em circunstâncias violentas ou polémicas quando as vítimas são famosas ou são moradores do bairro. Para os primeiros a atenção central da

televisão, para os segundos os programas policiais. E são também estes os únicos noticiários que na sua opinião fazem regularmente a cobertura do bairro, focada quase exclusivamente na violência.

“Porque geralmente quando a televisão vem para cá só mostra o que é ruim não mostra o que é bom, aí as pessoas só vêem a jurema como um bairro que só tem droga, prostituição, só tem isso aí. Pelo que eles mostram todo mundo pensa que aqui é ruim, mas não é ruim, tem pessoas boas também” (Nara, 14 anos).

Estas reacções apontam para uma visão da cobertura noticiosa como potenciadora de estigmas. O trabalho mediático de agendamento e de enquadramento dos acontecimentos e problemáticas influencia significativamente as imagens que as pessoas fazem delas mesmas, dos outros, das suas necessidades, dos seus objetivos e das suas relações com os outros (Patterson in Correia, 2004, p. 33). Nesse sentido, a representação frequente do bairro e dos seus habitantes a partir de atributos negativos, na visão dos adolescentes, estimularia situações estigmatizantes que enfrentam no seu quotidiano.

- *Porque aí as pessoas passam a criticar, né?* (Danilo, 13 anos)
- *Ficam falando que o bairro é perigoso. Aí, quando vai procurar emprego...* (Emília, 13 anos)
- *Os colegas da escola? Dizem que o bairro é perigoso?* (Investigadora)
- *Dizem logo “vixe”!* (Emília, 13 anos)
- *Quer dizer que quando vocês dizem que moram no bairro acontecem essas coisas? E é por causa da TV?* (Investigadora)
- *É porque passa muita notícia ruim. Muito roubo, muita morte...* (Emília, 13 anos)

Percepção sobre a representação noticiosa das crianças e adolescentes e dos seus direitos

A partir das inquietações e reflexões dos participantes nos grupos de foco debatemos neste tópico três questões que consideramos centrais para o debate sobre direitos das crianças e representação noticiosa: 1. A estigmatização da pobreza; 2. Preservação da identidade; 3. A voz e a participação dos adolescentes nas notícias.

1. A estigmatização da pobreza

Carvalho (2010, p. 257) chama a atenção para a influência fundamental que o território onde as crianças residem exerce na maneira como interpretam, reconstróem e representam os problemas sociais e como se posicionam diante destes. Entre estes adolescentes, por exemplo, o facto de viverem num meio socioeconómico desfavorecido influencia directamente a sua percepção sobre o discurso noticioso, que tende a caracterizar os territórios “periféricos” das grandes cidades como espaços exclusivos de violência, em peças noticiosas onde a polícia atua como a fonte definidora primária (Hall *et al.*, 1978, p. 57) dos acontecimentos e onde vozes alternativas dificilmente encontram espaço significativo.

Neste sentido, os participantes do estudo afirmam claramente que os *media* tratam de forma diferenciada adolescentes “ricos” e “pobres”, em consonância com inúmeros estudos

(Andi, 2005; Marôpo, 2013; Morigi, et al, 2007; Muleiro, 2006; Ponte, 2009) que apontam a estigmatização de crianças e especialmente adolescentes em situação de exclusão social e/ou provenientes de grupos étnicos minoritários no discurso noticioso.

- ... *Eles separam os ricos dos pobres* (Emília, 13 anos)
- *É? Separam como?* (Investigadora)
- *Eles acham que nós não somos iguais, entendeu? Fazem diferença entre o pobre e o rico. Acham que o rico tem mais valor do que o pobre. O problema é esse.* (Nara, 14 anos)

Na visão dos adolescentes, os “pobres” são representados somente nos chamados programas policiais, enquanto os ricos aparecem nos telejornais de maior prestígio (“*O pobre é aqueles do Barra Pesada e o rico é do Jornal Hoje*”, Vivian, 13 anos). Os “ricos” teriam meios para se proteger da exposição mediática quando cometem atos ilegais (“*Tem dinheiro pra pagar advogado*”, Joana, 16 anos), já os segundos não teriam como evitar serem expostos de forma vergonhosa e desrespeitosa nos media.

Por outro lado, estes mesmos programas policiais são vistos regularmente pela maioria e são de certo modo valorizados, dentre outros motivos, porque seriam os únicos que abordam regularmente os problemas que enfrentam no seu dia-a-dia. Esta oportunidade de visibilidade mediática (mesmo que negativa) parece promover uma tolerância em relação à estigmatização que reconhecem na representação mediática de adolescentes do bairro onde vivem e de outros semelhantes.

2. Preservação da identidade

As consequências da exposição pública, o direito à preservação da identidade e as circunstâncias em que as crianças e adolescentes podem ou não ser identificados nas notícias foram questões que despertaram bastante interesse, motivaram um demorado debate e sobre as quais muitos demonstraram conhecimento e uma atitude reflexiva.

Sofia, 15 anos, refere o direito de crianças e adolescentes à preservação da imagem e afirma que não podem ser expostos em “*situação que cause vergonha ou constrangimento*”. Vários outros participantes concordam, referindo notícias sobre uso de drogas, prostituição ou violência como exemplos. A estigmatização como uma consequência da exposição pública nessas situações e em outras consideradas claramente de risco (sejam as crianças e adolescentes autores ou vítimas) é referida de forma quase unânime.

“A pessoa fica assim marcada, é por isso que não deve mostrar.” (Danilo, 13 anos).

“Não deve mostrar o rosto. Já que eles são adolescentes, tipo assim, no futuro deles... Se eles saírem desse rumo do que eles estão, eles forem atrás de um emprego, aí o pessoal do emprego ver a foto e se lembrar que ele era um ex-usuário de droga, aí não vai dar emprego pra ele (Michele, 16 anos)

No entanto, a exposição pública nos media noticiosos pode por vezes ser vista como um castigo merecido, nos casos de adolescentes infratores reincidentes, como afirma Emília

(13 anos). É também desculpada por alguns. *“Pelo menos estão mostrando a realidade”* (Joana, 13 anos). Em outras situações que podem causar constrangimentos, mas onde o risco não é percebido de forma tão explícita, no caso de doentes graves, por exemplo, os participantes remetem a decisão sobre a exposição ou não da identidade para os pais e/ou para a própria criança ou adolescente. Muitos ressaltam a decisão de falar sobre uma doença em público como um exemplo de coragem. No mesmo sentido, a maioria, apesar de ressaltar as consequências, gostaria que a sua identidade fosse divulgada se tivesse superado problemas com drogas ou crimes, para servir como um bom exemplo. *“Se eu fosse mudar para melhor aí eu me identificaria para deixar um exemplo que todo mundo pode mudar ...”* (Nara, 14 anos).

Em caso de notícias sobre crianças e adolescentes que foram vítimas mortais da violência, o seu corpo e a sua identidade devem ser revelados nas notícias? A maioria das respostas remete para uma decisão da família, alguns ponderam o estado do corpo, enquanto outros afirmam que não se deve mostrar, especialmente porque poderiam estar crianças a assistir.

3. A voz e a participação dos adolescentes nas notícias

A nossa revisão de literatura aponta para uma escassez do ponto de vista das crianças e adolescentes na mediatização das questões que lhes dizem respeito (ANDI, 2005; Marôpo, 2009; Muleiro, 2006; Morigi et al, 2007; Joseph, 2007; Fullerton, 2004, Coelho, 2009). Estes estudos analisam o silenciamento das crianças e adolescentes sob várias perspectivas: 1. Raras vezes são consultados como fontes das notícias numa perspectiva de análise dos temas tratados; 2. São objectos de preocupação, mas não de consulta; 3. Não são tratadas em iguais condições com outras fontes e neste sentido os temas que lhes dizem respeito são debatidos quase exclusivamente pelos adultos (autoridades, pais, docentes, psicólogos, especialistas em saúde ou educação etc); 4. São ouvidos apenas como nota “curiosa”, “simpática” ou “colorida”; 5. Os jornalistas acreditam que as crianças devem ser ouvidas, no entanto, a sua posição minoritária enquanto grupo social (não possuem capital cultural, ou seja, legitimidade, autoridade e respeitabilidade no campo profissional) e o ambiente profissional e social onde atuam os jornalistas contribuem para negligenciarem a perspectiva infantil nas notícias.

Neste sentido, a partir de um estudo comparado entre Brasil e Portugal, Marôpo (2013) conclui que as crianças e os jovens são representados nas notícias principalmente como personagens sobre as quais se fala. Há um reconhecimento das suas necessidades assistenciais e de protecção, mas predomina a representação noticiosa como vítimas, recipientes das políticas governamentais ou alvo de cuidados, o que remete para uma cidadania passiva na qual os adultos sobrepõem os seus pontos de vista, enquanto as crianças e adolescentes são silenciados e negligenciados como sujeitos de interesse político e social.

Em consonância com estas ideias, a lembrança dos participantes acerca de crianças e adolescentes que foram notícia recai quase exclusivamente sobre temas do risco social (“as

crianças que morrem de fome na África” (Emília, 13 anos); “a meninazinha que foi morta com tiro de fuzil, de um policial” (Sofia, 15 anos). A semelhança de outros estudos sobre audiências infanto-juvenis que citamos anteriormente (Malho *et al*, 2009 e Carvalho *et al*, 2009) são especialmente referidos casos de crianças vítimas de violência extrema, cuja a identidade é amplamente conhecida devido a divulgação em coberturas com continuidade e destaque (“... Uma criança que o pai e madrasta mataram. A Isabella, que jogaram pela janela”, Gil, 13 anos) (“Eu lembro da Alanis... Tinha sido estuprada e morta”, Vivian, 12 anos e Luís, 14 anos). Sobre notícias positivas, houve apenas uma referência, após pergunta insistente da investigadora/mediadora do grupo de foco (“Lembro daquele menino que era catador de rua e fez aquela música”, Danilo, 13 anos).

Essa preponderância quase absoluta de referências a uma representação noticiosa das crianças e adolescentes em posições passivas, como vítimas de catástrofes ou da violência, parece levar a reações de distanciamento quando tentamos discutir sobre a possibilidade das crianças e adolescentes serem ouvidos como fonte de informações nas notícias. A questão não gerou muito interesse e pareceu não fazer muito sentido para os participantes. A representação noticiosa de crianças e adolescentes gera mais fortemente outros tipos de preocupação: uma empatia e solidariedade no caso das vítimas, questão para a qual Lemish (2007) chama a atenção, e um receio de estigmatização quando adolescentes agressores são regularmente identificados nas notícias como moradores do bairro onde vivem.

No entanto, num raro exemplo de representação noticiosa positiva da sua comunidade, lamentaram não terem sido ouvidos numa reportagem acerca de uma exposição fotográfica que realizaram no âmbito do Projecto Olhares em Foco (Financiado pelo Childfund e desenvolvido pelo Projecto Alegria da Criança, este utiliza a fotografia como ferramenta de reflexão e transformação pessoal e social). Apesar de demonstrarem valorizar esta atenção mediática, Nara (14 anos) ressaltou “mas não passou a gente, passou só o nosso material ... as fotos”.

Reflexões finais

Com base em dois grupos de foco realizados num bairro de baixa renda brasileiro, discutimos três pontos centrais para uma análise dos adolescentes enquanto audiência do discurso noticioso: a sua exposição aos *media*; o seu interesse, conhecimento, reações e emoções relativamente ao discurso noticioso; a sua percepção sobre a representação noticiosa das crianças e adolescentes e dos seus direitos.

Podemos concluir que apesar de valorizarem especialmente brincar e conviver na rua com os amigos, os adolescentes deste estudo passam grande parte do seu tempo livre a assistir televisão. Esta parece ser a opção mais segura de lazer numa comunidade bastante marcada pela violência e também a mais acessível para famílias que possuem poucos recursos para passeios ou viagens. O acesso à internet, no entanto, é bastante mais limitado. Pouco acedem em casa, enquanto a maioria precisa recorrer a *lan houses* ou ao Projeto

Alegria da Criança. Apesar desta dificuldade de acesso, internet e televisão estão empatadas no topo das preferências mediáticas dos participantes. Referências a rádio, jornais e revistas são pontuais.

Apesar de preferirem formatos televisivos de ficção ou entretenimento e navegarem especialmente nas redes sociais quando estão *online*, conteúdos noticiosos também são percebidos por muitos como importantes e necessários. Menos por essa valorização e mais por iniciativa dos pais, todos demonstram assistir telejornais com frequência. No entanto, há uma clara preponderância de referências aos chamados programas policiais em detrimento dos telejornais em formato tradicional. Enquanto estes provocam apenas comentários esparsos e distanciados - numa reacção às notícias que se aproxima do que Buckingham (2000) chamou de cinismo -, os primeiros motivam fortemente um debate reflexivo. Os participantes reagem de forma crítica (Buckingham, 2000) aos programas policiais, demonstrando conhecer os constrangimentos dos processos de produção da notícia, questionando o tratamento diferenciado que seria dado a “ricos e pobres” e a exibição excessiva da violência.

Se a maioria afirma não gostar destes chamados programas policiais porque, contraditoriamente, quase todos demonstram assistir frequentemente? Podemos aferir três razões principais. Estas remetem para as complexidades envolvidas no processo de percepção das audiências sobre as notícias apontadas por Al-Ghabban (2007), em consonância com a sua ideia de que crítica e resistência não são sinónimos

Primeiro, como afirmámos anteriormente, porque os pais assistem; assim estes programas tornam-se uma imposição ou são tolerados por serem uma forma de estar perto da família.

Segundo, porque nas suas percepções são os únicos que agendam regularmente acontecimentos ocorridos dentro da comunidade; quase exclusivamente episódios de violência ou acidentes sobre os quais consideram importante estar informados. Muito embora, diversas vezes demonstrem uma visão crítica deste agendamento noticioso negativo. Para Michele (16 anos), quando morre um *“famoso passa a semana todinha na televisão”*, mas quando é no bairro só passa nos programas policiais locais.

Terceiro, porque estes programas são também percebidos como contendo informações úteis para enfrentar os problemas da comunidade onde vivem (*“Como os canais aqui são abertos, aí tava chovendo muito e caiu uma moça dentro. Ninguém sabia onde ela tinha parado. Se não tivesse um jornal na televisão aí ninguém ia saber”*, rapariga, 14 anos). Na visão desta a notícia que referiu serve também para informar às mães do risco das crianças caírem nestes canais. Ou, como diz Danilo (13 anos), *“serve para informar dos perigos”*.

Sobre a representação noticiosa das crianças e adolescentes e dos seus direitos, os participantes afirmaram mais uma vez sentirem-se estigmatizados em enquadramentos que diferenciam “ricos” e “pobres”. Neste sentido, reconhecem especialmente o direito à privacidade nas notícias e refletem sobre as consequências da identificação em situações que possam causar constrangimentos ou problemas para o seu desenvolvimento. Por outro lado, muitos afirmam que o agendamento noticioso pode ser uma oportunidade para adolescentes

que queiram servir como bons exemplos. Nesta perspectiva, a maioria afirma que gostaria de ser identificada caso tivesse superado situações como o envolvimento com a delinquência ou a toxicodependência, apesar das consequências desta exibição pública. No entanto, não parecem encontrar exemplos em que crianças e adolescentes exerçam um papel activo como fontes de informação, referindo de forma preponderante uma representação noticiosa destes como vítimas ou como agressores, que apela para medidas de protecção ou repressão conforme o caso.

Bibliografia

AL-GHABBAN, A. (2007). Global viewing in East London: multi-ethnic youth responses to television news. *European Journal of Cultural Studies*. Vol. 10, p. 311.

ANDI (2005). *Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira*. Relatório 2003/2004. Brasília: ANDI.

ATKIN, C. e GANTZ, W. (1978). Television news and political socialization. *Public Opinion Quarterly*.

BUCKINGHAM, D. (2000). *The Making of Citizens: Young People, News and Politics*. Londres: Routledge.

CARVALHO, M. J. L. (2010). *Do Outro Lado da Cidade. Crianças, Socialização e Delinquência em Bairros de Realojamento*. Tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

CARVALHO, M. J. L. et al (2009). 'Delinquência(s) e justiça: crianças e jovens em notícia'. In C. Ponte. (ed.). *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa, Livros Horizonte.

CARVALHO, M. J. L.; SERRÃO, J. (2009). A voz de jovens em instituição (sistema tutelar educativo): percepção e representações de jovens dos centros educativos sobre os media. In C. Ponte (ed.). *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.

CARRERO, J. S. (2008). 'Telediario infantil': recurso para el apredizaje en TV. *Revista Comunicar*, nº 31, V. XVI.

COELHO, M. Z. (2009). 'Jovens no discurso da imprensa portuguesa: um estudo exploratório'. *Análise Social*, vol. XLIV (2.º), 191, pp. 361-377.

CORREIA, J. C. (2004). *Comunicação e cidadania: os media e a fragmentação do espaço público*. Lisboa: Livros Horizonte.

DELORME, M. I. (2012). *Domingo é Dia de Felicidade: as crianças e as notícias*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco.

FISCHBERG, J. (2007). *Criança e jornalismo: um estudo sobre as relações entre crianças e mídia impressa especializada infantil*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FULLERTON, R. S. (2004). Covering kids: are journalists guilty of exploiting children? *Journalism Studies*, 5 (4), 511-524.

GERBNER, G. (1994). 'Reclaiming our cultural mythology'. *In Context*, 38, pp. 40-42.

HALL, S. *et al.* (1978). *Policing the Crisis – Mugging, the State, the Law and Order*. Nova Iorque, Palgrave MacMillan.

HANSEN *et al.* (1998). *Mass Communication Research Methods*. Nova York: Palgrave.
HERNÁNDEZ, J. F. (2008). Informação em TV, los jóvenes también contamos. *Revista Comunicar*, nº 31, v. XVI.

HOBBS, R. (2010). News Literacy: what work and what doesn't. *Paper presentation at the association for Education in Journalism and Mass Communication Conference*. Colorado.

HOFFNER, C. e HAEFNER, M. J. (1994). 'Children's news interest during the Gulf War: the role of negative effect. *Journal of Broadcast & Electronic Media*. Vol. 38, nº 2, p. 193.

JOSEPH, A. (2007). Why children should be seen and heard – an Indian perspective. *Journal of Children and Media*, 1 (3), 289-293.

LEMISH, D. (2007). *Children and Television. A Global Perspective*. Londres: Blackwell.

LIVINGSTONE, S. (1998). "Mediated childhood: A comparative approach to young people's changing media environment in Europe". *European Journal of Communication*, 13(4), 435-456.

MALHO, M. J. *et al.* (2009). Vozes de crianças: estudo exploratório. In C. Ponte (ed.) *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.

MARÔPO, L. (2009). Fontes de informação e direitos da infância na cobertura jornalística portuguesa. In C. PONTE (ed.) *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.

MARÔPO, L. (2013). *Jornalismo e Direitos das Crianças – Conflitos e Oportunidades em Portugal e no Brasil*, Coimbra, MinervaCoimbra.

MORIGI, V. J. *et al.* (2007). *Mídia e representações da infância: narrativas contemporâneas*. Curitiba: Champagnat; Porto Alegre: UFRGS.

MULEIRO, H. (2006). *Al margen de la agenda – Noticias, discriminación y exclusión*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

PONTE, C. (2009). Os nossos filhos e os filhos dos outros. Linguagens jornalísticas na imprensa. *Actas do I Congresso Internacional sobre Intervenção com Crianças, Jovens e Família*. Braga.

PONTE, C. (2012). *Crianças e Media – Pesquisa Internacional e Contexto Português do Século XIX à Actualidade*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

SUNDIN *et al.* (2012). Working with news literacy among pre-teens: from selection to reflection. *Journalism and Mass Communication*, vol. 2, nº 10, pp. 1012-108.

ⁱ Professora na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e investigadora no Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ)/Universidade Nova de Lisboa (UNL). É doutorada em Ciências da Comunicação pela UNL e autora dos livros "Jornalismo e Direitos da Criança – Conflitos e Oportunidades em Portugal e no Brasil" (MinervaCoimbra, 2013) e de "A Construção da Agenda Mediática da Infância" (Livros Horizontes, 2008).

ⁱⁱ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC), participante do Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia (GRIM/UFC) e professora das Faculdades Cearenses (FaC), em Fortaleza, Ceará.

ⁱⁱⁱ Utilizamos o termo "adolescente", como é referido na lei brasileira, embora consideremos também as crianças na nossa revisão de literatura como parte do grupo de pessoas (entre 0 e 18 anos) abrangidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Convenção dos Direitos da Criança.

^{iv} "Identidade e estigmatização: as notícias na percepção de crianças e jovens de um bairro de realojamento", artigo aceito para publicação na revista *Análise Social*.